



SENADO FEDERAL
Senador Armando Monteiro

RELATÓRIO Nº , DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 70, de 2016 (Mensagem nº 393, de 12 de julho de 2016, na origem), do Senhor Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MAURO LUIZ IECKER VIEIRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

RELATOR: Senador ARMANDO MONTEIRO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52 item IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Senhor MAURO LUIZ IECKER VIEIRA é filho de Mauro Vieira e Noêmia Iecker Vieira e nasceu em Niterói/RJ, em 15 de fevereiro de 1951.

É Bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense desde 1973, mesmo ano em que concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco. No ano seguinte, ingressou na carreira diplomática, como Terceiro-Secretário.

Ascendeu a Conselheiro em 1987; a Ministro de Segunda Classe, em 1993; e a Ministro de Primeira Classe, em 1999. Todas as promoções por merecimento. Desde 2014 passou para o Quadro Especial.

Entre as funções desempenhadas na carreira diplomática e na Administração Federal destacam-se as de Secretário de Modernização Administrativa do Ministério da Ciência e Tecnologia, entre 1985 e 1986; Secretário-Geral Adjunto do Ministério da Ciência e Tecnologia, de 1986 a 1987; Secretário Nacional de Administração do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), de 1987 a 1989; Subchefe do Departamento Cultural, entre 1989 e 1990; Conselheiro na Embaixada no México, de 1990 a 1992; Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral de Política Exterior, entre 1992 e 1993; Introdutor Diplomático do Gabinete do Ministro de Estado, de 1993 a 1995; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Paris, de 1995 a 1999; Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral, de 1999 a 2003; Chefe de Gabinete do Ministro de Estado, de 2003 a 2004; Embaixador em Buenos Aires, entre 2004 e 2010; Embaixador em Washington, de 2010 a 2014.

Cabe destacar que o ilustre Embaixador exerceu ainda o cargo de Ministro das Relações Exteriores, entre 2015 e 2016, e representa um de nossos mais preparados e respeitados diplomatas, com amplas experiências administrativa e política exemplarmente demonstradas.

Além do *curriculum vitae* do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informe sobre a Organização das Nações Unidas (ONU), do qual extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

A criação das Nações Unidas é fruto da devastação da Segunda Guerra Mundial e do sentimento generalizado que era preciso criar um mecanismo de proteção do sistema mundial e de manutenção da paz entre os países.

O nome Nações Unidas foi concebido pelo presidente dos Estados Unidos da América Roosevelt e utilizado pela primeira vez na Declaração das Nações Unidas, de 12 de janeiro de 1942, quando os representantes de 26 países assumiram o compromisso de que seus governos continuariam a lutar contra as potências do Eixo.

A Carta das Nações Unidas (Carta de São Francisco) foi elaborada pelos representantes dos países presentes à Conferência sobre a Organização Internacional, que se reuniu em São Francisco de 25 de abril a 26 de junho de 1945. A Organização propriamente dita, entretanto, começou a existir oficialmente em 24 de outubro de 1945, após a ratificação da Carta pela China, Estados Unidos, França, Reino Unido e União Soviética, bem como pela maioria dos signatários. Hoje, em 24 de outubro, comemora-se em todo o mundo o “Dia das Nações Unidas”.

Durante a primeira reunião da Assembleia Geral, em Londres, em 1946, ficou decidido que a sede permanente da Organização seria nos Estados Unidos.

De acordo com a Carta, a ONU possui seis órgãos principais: a Assembleia Geral (AGNU), o Conselho de Segurança (CSNU), o Conselho Econômico e Social (ECOSOC), o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) e o Secretariado. O sistema ONU é formado pelos seis órgãos principais da Organização e seus órgãos subsidiários, os fundos e programas por eles criados, bem como as agências especializadas e outros organismos associados às Nações Unidas.

Chamam-se membros fundadores das Nações Unidas os países que assinaram a Declaração das Nações Unidas de 1º de janeiro de 1942, ou que participaram da Conferência de São Francisco, tendo assinado e ratificado a Carta. O Brasil é um dos 51 membros fundadores da ONU e sempre foi membro atuante, desde a fundação da Organização, tanto em seus órgãos quanto nas agências do sistema ONU.

O papel do Brasil nos primeiros anos da ONU também se refletiu na presidência, exercida por Oswaldo Aranha, da II Sessão Regular da Assembleia Geral das Nações Unidas (1947) e da I Sessão Especial (abril de 1947), que decidiu a partilha da Palestina e a criação do Estado de Israel.

A partir das primeiras sessões regulares da Assembleia Geral, com base em entendimento alcançado à época, firmou-se o costume de conceder ao Brasil o primeiro lugar entre os países no Debate Geral que se realiza a cada abertura de sessão, em setembro. Essa prática passou a simbolizar, para a opinião pública brasileira, o vínculo especial entre o Brasil e a ONU e reflete a imagem positiva de que o país desfruta na Organização.

O Brasil compartilha plenamente os princípios e propósitos das Nações Unidas. A autodeterminação, a não intervenção e a solução pacífica de controvérsias são princípios inscritos na Constituição brasileira, assim como o compromisso com a paz e com a promoção do desenvolvimento, a defesa dos direitos humanos e a proteção do meio ambiente. O país tem procurado, em sua atuação nas Nações Unidas, contribuir ativamente para o tratamento equilibrado dos pilares que sustentam as atividades da Organização: a manutenção da paz e da segurança internacionais, a promoção dos direitos humanos e o desenvolvimento sustentável.

O Brasil já participou de cerca de 50 operações de manutenção da paz (OMPs) e contribuiu com um total de mais de 55 mil militares e policiais. Hoje, é o 23º maior contribuinte de tropas e participa de nove missões de paz, com 1.279 militares e 24 policiais. O Brasil é o principal contribuinte de tropas da MINUSTAH (Haiti), com 978 militares e 4 policiais (de um total de 4.698, sendo 2.338 militares e 2.360 policiais). O comando militar é atualmente exercido pelo general de divisão Ajax Porto Pinheiro (“Force Commander”). Dos dois batalhões remanescentes, um é brasileiro e o outro multinacional (Uruguai, Chile e Bolívia).

Em 14 de outubro de 2015, a Resolução nº 2.243 do CSNU estendeu o mandato da MINUSTAH por 12 meses e solicitou a realização de Missão de Avaliação Estratégica para revisar as condições de segurança e a capacidade do Governo de garantir a estabilidade, após a realização das

eleições presidenciais e a formação de novo governo, a fim de considerar a retirada da Missão. O Brasil contribui também com a nau-capitânia (atualmente, a Fragata Independência) à Força-Tarefa Marítima da UNIFIL (Líbano)

Contra-almirantes brasileiros exercem, desde fevereiro de 2011, o comando da Força-Tarefa Marítima (FTM) da Força Interna das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), cuja nau capitânia é embarcação brasileira. Há ainda sete militares do Exército brasileiro desdobrados junto ao Estado-Maior do Contingente Espanhol na UNIFIL. O Brasil hoje contribui com 279 militares para a UNIFIL (DPKO, abril de 2016). O país desenvolve cooperação com o Líbano por meio da oferta de vagas na Escola Naval e na Escola Superior de Guerra.

Na sessão principal da V Comissão da 70ª AGNU, ocorrida em dezembro de 2015, foi aprovado o orçamento regular relativo ao biênio 2016-2017, no valor de USD 5,4 bilhões, bem como as escalas de contribuições aplicáveis ao triênio 2016- 2018.

Em 2016, o Brasil passou a ser o sétimo maior contribuinte ao orçamento regular das Nações Unidas, com cota de 3,823%, 30% maior que o cota que cabia ao país no biênio 2014-2016. O aumento da cota brasileira se deveu ao crescimento econômico experimentado pelo país no período-base (2008-2013) empregado para o cálculo da escala do triênio 2016-2018, que leva em conta o Produto Interno Bruto (PIB) dos estados membros. A cota do Brasil na escala de contribuições relativa ao orçamento das operações de paz, por sua vez, foi estabelecida em 0,7646%.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão, 10 de agosto de 2016.

Senador Aloysio Nunes Ferreira, Presidente

Senador Armando Monteiro, Relator